

Discurso de resistência do PSB Tocantins: uma arqueogenealogia discursiva da formação política para pessoas LGBTQIAPN+

The PSB Tocantins' discourse of resistance: a discursive archaeogenealogy of political education for LGBTQIAPN+ people

Damião Francisco Boucher¹
Thiago Barbosa Soares²

Resumo: Este artigo empreende uma análise arqueogenealógica do discurso para investigar a apropriação política dos enunciados de resistência da comunidade LGBTQIAPN+ pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Tocantins. A investigação, além de mobilizar as noções de enunciado, formação discursiva, dispositivo e episteme, concentra-se no dispositivo de memória e poder impresso no material de divulgação partidária, como o evento de “Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+”, no qual o discurso institucional opera um processo de abdução da posição discursiva de resistência. Sob o pretexto de promoção da “política plural”, o partido se insere no lugar do emissor do saber político, objetificando/subjetificando a comunidade ao sugerir sua carência de “formação” e de capacitação para a participação cívica. A análise demonstra como essa estratégia discursiva apaga a densidade política e a agência inerentes ao próprio movimento LGBTQIAPN+, que se configura, em sua essência, como uma política efetiva e autônoma. O estudo mapeia a emergência desses enunciados apropriadores, ao mesmo tempo que expõe as relações de poder que sustentam a instrumentalização da luta por representatividade.

Palavras-chave: Arqueogenealogia do Norte; Discurso Político; Discurso de resistência; LGBTQIAPN+.

Abstract: This article undertakes an archeogenealogical analysis of discourse to investigate the political appropriation of LGBTQIAPN+ resistance statements by the Brazilian Socialist Party (PSB) in Tocantins. The investigation, in addition to mobilizing the notions of statement, discursive formation, apparatus, and episteme, focuses on the apparatus of memory and power printed in the party's promotional material, such as the “Political Training for LGBTQIAPN+ People” event, in which the institutional discourse operates a process of abduction of the discursive position of resistance. Under the pretext of promoting “plural politics,” the party inserts itself into the position of the emitter of political knowledge, objectifying/subjectifying the community by suggesting its lack of “training” and capacity for civic participation. The analysis demonstrates how this discursive strategy erases the political density and agency inherent in the LGBTQIAPN+ movement itself, which is configured, in its essence, as an effective and autonomous politics. The study maps the emergence of these appropriative statements, while also exposing the power relations that underpin the instrumentalization of the struggle for representation.

Keywords: Archaeogenealogy of the North; Political Discourse; Discourse of resistance; LGBTQIAPN+.

Considerações iniciais

A memória não é somente um repositório do passado; é um campo de batalha no qual ocorre uma luta constante entre o esquecimento forçado e a lembrança almejada.

¹ Mestre em Letras pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4815591282019412>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8325-1603>. E-mail: boucherplace@gmail.com

² Doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Docente da Universidade Federal do Tocantins – UFT. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8919327601287308>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2887-1302>. E-mail: thiago.soares@mail.uft.edu.br

No Brasil, a trajetória de grupos minoritários, como a comunidade LGBTQIAPN+, tem sido muitas vezes caracterizada por um processo de silenciamento e apagamento, que se manifestou por meio de discursos e ações que buscavam tornar esses grupos invisíveis e negar suas existências e subjetividades. Segundo Michel Foucault (2014, p. 9), o discurso produz “[...] o tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala”. Assim o discurso não é apenas aquilo que manifesta ou oculta o desejo, mas também o que é, em si mesmo, objeto de desejo; o discurso é poder. Diante dessas condições de possibilidade da exclusão e da interdição, a luta pela inclusão e pelo reconhecimento desses grupos envolve a apropriação do discurso e a dispersão de seus próprios enunciados, dispositivos, “verdades”.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo examinar o discurso político-partidário no Tocantins e como ele se torna um espaço fundamental para essa contraofensiva discursiva. Para situar a produção de conhecimento sobre o assunto, recorre-se a autores desse campo epistemológico, tais como Achille Mbembe (2001, p. 9), que considera a história um campo de disputa memorialista, afirmando que “a teoria social sempre buscou legitimar-se enfatizando sua capacidade de construir gramáticas universais³”; e Judith Butler (1990), que aborda a performatividade de gênero e a forma como os discursos sobre o corpo criam realidades sociais. É nesse encontro de pontos de vista que o material de divulgação examinado se apresenta como um testemunho essencial, uma denúncia dos apagamentos e um tributo à resistência.

Entretanto, é importante ressaltar que a comunidade não é um bloco homogêneo. Como indica Judith Halberstam (2011), os mundos sociais em que se vive, não são inevitáveis, nem sempre estiveram destinados a ser dessa forma, e também “no processo de produção desta realidade, muitas outras realidades, campos de conhecimento, e modos de ser foram descartados⁴” (Halberstam, 2011, p. 147) e, por assim dizer, desqualificados. Nesse sentido, o movimento LGBTQIAPN+ ainda tem como figura central o homem branco gay, enquanto outras identidades, como lésbicas, bissexuais, trans e não-binárias, além de pessoas negras e indígenas, são colocadas à margem. Essa hierarquia interna é perceptível nos discursos e nas imagens criadas, mostrando que a resistência também ocorre de dentro para fora, entre os próprios grupos.

³ Tradução do original: social theory has always sought to legitimize itself by stressing its capacity to construct universal grammars.

⁴ Tradução do original: in the process of producing this reality, many other realities, fields of knowledge, and ways of being have been discarded.

Portanto, para tal propositura analítica, este artigo é organizado em três seções, a saber, **Considerações teórico-metodológicas**, **Análise** e **Considerações finais**. Na seção **Considerações teórico-metodológicas**, elege-se a arqueogenealogia para examinar a apropriação política das declarações de resistência da comunidade LGBTQIAPN+ pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Tocantins. Ainda nessa seção, explana-se o funcionamento dos conceitos de enunciado, formação discursiva, dispositivo e episteme. Na seção **Análise: entre a objetificação e a subjetivização**, a pesquisa foca no dispositivo de memória e poder impresso no material de propaganda partidária, como o evento de “Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+”, publicado em 16 de junho de 2025, em que o discurso institucional realiza um processo de abdução da posição discursiva de resistência. Na seção **Considerações finais**, procura-se compreender como, sob o pretexto de promoção da “política plural”, o partido se insere no lugar do emissor do saber político, objetificando/subjetificando a comunidade ao sugerir sua carência de “formação” e de capacitação para a participação cívica, quando o próprio movimento LGBTQIAPN+, que se configura como uma política efetiva e autônoma. Após essas considerações apresenta-se o instrumental teórico-metodológico.

Considerações teórico-metodológicas

Para entender os regimes de saber-poder que permeiam o discurso político do PSB Tocantins, é necessário, em primeiro lugar, utilizar uma ferramenta que permita investigar os mecanismos de memória e poder presentes no material de divulgação do partido. Desse ponto, cabe ressaltar, assim como Soares (2025a, p. 65) que essa análise “se volta para o discurso, uma vez que é por meio desse e do entrelaçamento de suas tramas que se pode empreender o exame arqueogenealógico”. Assim, para esse movimento, são escolhidos como conceitos fundamentais: enunciado, formação discursiva, dispositivo e episteme. Dito isso, é preciso iniciar afirmando que o discurso aqui é concebido como “uma prática fundada no sentido em que lhe é orientada uma direção em conformidade ou em desconformidade com práticas paradigmáticas em um dado período” (Soares; Boucher, 2024, p. 20). Feita essa consideração, passa-se a apresentação dos princípios e procedimentos analíticos.

A noção de enunciado é significativa para a análise arqueogenealógica. Diante disso, Foucault (2017, p. 105) afirma que “o enunciado é uma função de existência que

pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou intuição [...]”. Por outro lado, não se trata da unidade significativa em si, mas de sua presença como uma função enunciativa, atravessando o domínio do concreto (estruturas e unidades) existente no espaço/tempo. Assim, o enunciado transcende a estrutura gramatical da frase, transformando-se em uma entidade repleta de significados; por causa de sua ligação acidental com outros enunciados em uma dinâmica social de saber-poder. Deleuze (2005), ao declarar que o enunciado é uma repetição de si mesmo, ele torna explícita essa dimensão relacional, mesmo que o que “repita seja outra coisa” (Deleuze, 2005, p. 23).

Nesse mesmo ponto de vista, Foucault (2017, p. 133) afirma ainda que “[...] o enunciado é, ao mesmo tempo, não visível e não oculto”. Isso indica que o enunciado não aparece como evidência imediata nem como mistério a ser revelado, mas como uma regularidade discursiva que surge ao se examinar as condições para sua ocorrência (Soares, 2019). De outro modo, a análise do enunciado requer deixar de lado a busca por sentidos ocultos e focar nas regras de formação as quais possibilitam a ocorrência de certos dizeres, como os enunciados sobre a comunidade LGBTQIAPN+, em determinadas condições de possibilidade. Segundo Deleuze (2005, p. 23), “Foucault mostra então que uma curva, um gráfico, uma pirâmide são enunciados”. Assim, o enunciado possui uma identidade que não se limita à sua materialidade linguística, mas se forma nas conexões que estabelece com outros enunciados multimodais, isto é, verbais e não verbais, com formações discursivas e com condições históricas específicas.

Em relação ao conceito de formação discursiva (doravante FD), conforme Soares e Boucher (2024, p. 46), esta “pode ser entendida como um guarda-chuva no interior do qual se ancoram os enunciados”. Alternativamente, quando for possível caracterizar um conjunto de enunciados e um sistema análogo de dispersão em que existem regularidades entre os enunciados, os objetos e as escolhas temáticas, estará se tratando “de uma *formação discursiva*” (Foucault, 2017, p. 47). Nessa perspectiva, essa ideia é fundamental para entender como os sentidos são direcionados e controlados (Soares, 2019). Assim, a formação discursiva não consiste em um conjunto aleatório de enunciados, mas em um sistema controlado de disseminação que define e impõe uma ordem sobre o que pode ou não ser dito (Foucault, 2014).

Ademais, conforme Soares e Boucher (2024, p. 46), a FD “é a própria possibilidade de emersão desses enunciados, segundo uma restrição complementar cujo impacto é

uma segmentação discursiva das eventuais regras de funcionamento do enunciado”. Dessa forma, a FD define as condições necessárias para que alguns enunciados possam surgir e outros permaneçam proibidos (Foucault, 2014). Portanto, identificar uma formação discursiva implica seguir as regularidades que organizam a dispersão dos enunciados, as normas que estabelecem os objetos passíveis de discussão, as modalidades enunciativas autorizadas, os conceitos utilizáveis e as estratégias teóricas que podem ser desenvolvidas. Com esse entendimento, é importante destacar que as FDs estão sempre vinculadas aos seus dispositivos de regulação e dispersão.

Diante dessa perspectiva, os dispositivos geram uma variedade de enunciados e sujeitos, enquanto os controlam, determinando o que é permitido, o que se torna legítimo e o que é silenciado. Com base nessa descrição inicial, entende-se que a ideia de dispositivo se refere ao conjunto diverso de práticas discursivas e não discursivas, como o conhecimento e as instituições, discursos e materialidades, que formam uma rede estratégica de saber-poder. Foucault (2018, p. 367) caracteriza a natureza do dispositivo como uma formação de “estratégias de relações de força que sustentam tipos de saber e são sustentadas por eles”. Por esse motivo, entende-se que “o dispositivo, conforme seu domínio de atuação, coloca em marcha uma ou mais formações discursivas, a depender das relações de poder segundo as quais seu funcionamento dá-se no circuito social” (Soares; Boucher, 2024, p. 47). Em outros termos, o dispositivo não é uma estrutura estática, mas uma rede dinâmica que mobiliza formações discursivas específicas para atender a demandas históricas particulares.

Ao entender que os dispositivos são formados por um conjunto de práticas não discursivas, como instituições, organizações arquitetônicas e decisões regulamentadas, além de práticas discursivas, que englobam leis, medidas administrativas, enunciados científicos e proposições filosóficas (Foucault, 2018), deixa explícito que essas últimas práticas oferecem um conjunto de conhecimentos que compõem um regime geral de regulação conhecido como episteme. No caso a ser analisado, a ideia de regulação e formação política para a comunidade LGBTQIAPN+ é uma ramificação de uma episteme mais ampla que permeia vários campos do conhecimento e é considerada uma verdade incontestável, a saber, “a politização do cidadão”, como se esta não pudesse ser aprendida na prática ou a partir da resistência a um saber dominante. Essa episteme é reforçada por práticas discursivas, como leis, normas, diretrizes, práticas pedagógicas difusão midiática etc.; e não discursivas, como as instituições partidárias, os agentes

públicos, como políticos diplomados, as instituições midiáticas e seus colaboradores etc. Assim, essa “verdade” dominante refere-se ao conjunto de relações que, em um determinado período, estabelece as condições para a possibilidade de todo conhecimento. Soares e Boucher (2024, p. 47) afirmam que “a episteme pode ser descrita como um conjunto de crenças, cuja ocorrência dá-se a partir de sentidos estruturantes dos dispositivos que orientam as formações discursivas e materializam-se nos enunciados circulantes na sociedade”. Por esse motivo, a episteme não é simplesmente um conjunto de conhecimentos, mas a estrutura que possibilita o surgimento de saberes, sustentados por dispositivos e suas funções estratégicas predominantes (Foucault, 2018) em um determinado período histórico. Depois de realizar o recenseamento dos instrumentais teórico-metodológicos, inicia-se a seção de análise.

Análise: entre a objetificação e a subjetivização

A análise se deterá na forma como o discurso político se entrelaça com o discurso de resistência, domesticando, ou melhor, institucionalizando a conduta LGBTQIAPN+ que emerge originalmente de convulsão social, cooptada no ambiente político-partidário, capturada pelo material de divulgação do evento “Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+”, do PSB Tocantins, enunciado que consiste no corpus de reflexão. A partir desse exame, busca-se perceber como esses enunciados se integram e se associam a outros, formando uma regularidade histórica constituinte das formações discursivas (Deleuze, 2005). Paralelo a essa verificação, serão apontados os dispositivos que possibilitam a difusão e manutenção dessas FDs e a regulação da episteme vigente (Soares, 2025a). Cabe ainda ressaltar que nessa seção será utilizado o itálico para a apresentação dos microenunciados em análise, evitando confundir com as prováveis citações diretas. Após essa breve explicação, passa-se ao exame do enunciado.

Figura 1: Formação Política para Pessoas LGBTQIAPN+

Formação Política para pessoas
LGBTQIAPN+
Importância de uma política plural

COM AS PRESENÇAS DE:

Tathiane Araújo
Secretária Nacional do Segmento LGBTQISocialista

Carlos Amastha
Presidente do Partido Socialista Brasileiro do Estado do Tocantins

Bianca Machiore
Pré candidata a Vereadora em Palmas

Sábado 15/06 às 15hs
Local: Casa 40 - Av. Juscelino Kubitscheck - 104 Norte, Palmas - TO

Realização: **PSB40** TOCANTINS, **Fundação** João Mangabeira, **SOCIALISTA** PSB

Fonte: <https://www.canal63.com.br/>

A partir da observação desse enunciado multimodal, percebem-se seu gênero e função respectivamente: um *banner* de propaganda partidária, associada à função de informação de um evento. Além disso, o referido texto está inserido em uma plataforma midiática digital, a saber, Canal63, um site de notícias e anúncios tocantinense. Dessa forma, o efeito de inerência à informatividade, produzido pela materialidade discursiva do PSB Tocantins se reforça pelo dispositivo de saber-poder midiático. Como Foucault (2017) ratifica, são esses dispositivos que sustentam os enunciados políticos que, associados à mídia, produz sentidos os quais afetam seus leitores. Soares (2022, p. 37) destaca que “mais do que divertir e informar, a mídia gerencia os discursos circulantes ao ponto de se tornar uma espécie de reguladora dos discursos”.

Diante dessa perspectiva, este enunciado multimodal opera na materialidade discursiva da aceitação, mas com uma inversão de poder. Em outros termos, o discurso político do PSB se apropria da visibilidade dos movimentos ditos minoritários para colocar-se como o agente formador. O detalhe reside no objeto de apropriação, isto é, se em um dado comercial a aceitação é impulsionada pela lógica do mercado, na

propaganda político-partidária, a inclusão se dá por meio da tutela. Portanto, ao invés de meramente reconhecer esse público como politicamente ativo, isto é, produzindo uma política realmente efetiva, o PSB o insere em um programa de *Formação Política*, abduzindo⁵ a autonomia política inerente ao movimento e recriando uma dependência hierárquica que esvazia o poder da resistência.

Diante dessas considerações, esta análise foca na materialidade discursiva demonstrada no material de divulgação do evento *Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+*, organizado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Tocantins. Com base nas ferramentas arqueogenealógicas descritas nas considerações metodológicas (Foucault, 2014, 2017, 2018), analisa-se como o discurso político-partidário funciona não só como um meio de inclusão, mas como uma mecânica complexa de poder que, ao acolher, disciplina; e ao dar visibilidade, captura (Soares, 2025a, 2025b, 2025c, 2025d). A imagem de divulgação (Figura 1) funciona aqui não como mero convite, mas como um monumento (Foucault, 2014, 2017, 2018), a saber, um rastro que cristaliza relações de saber-poder. Nela, o enunciado *Formação Política*, direcionado especificamente para *pessoas LGBTQIAPN+*, emerge como o ponto nodal, no qual se entrecruzam estratégias de saber-poder (Foucault, 2017) que merecem um exame mais rigoroso.

Conforme Foucault (2017) e Deleuze (2005), o enunciado não é a frase gramatical, mas uma função de existência que recorta um campo de saber. Ao estampar o título *Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+*, assim como o microenunciado *COM AS PRESENCAS DE:*, em letra capital, o PSB emite um enunciado que performa uma cisão ontológica fundamental: ele pressupõe, *a priori*, um vazio, uma falta ou uma carência no sujeito LGBTQIAPN+. Ora, como salienta Soares (2025c, p. 7), “entre o que se enuncia e o que se silencia, ou mais precisamente, entre a palavra que emerge à luz e o murmúrio que permanece nas dobras do indizível, ergue-se o discurso como território simbólico de disputas, inscrição e reinscrição do real”. Então, por esse motivo, entende-se que o silêncio inserido sob a enunciação *Formação Política* é o do apagamento da capacidade de agência e da historicidade política autônoma do movimento LGBTQIAPN+. Nesse sentido, o que é enunciado? A necessidade de formação política. O que é silenciado? O fato de que a própria existência e articulação da comunidade já é uma força política e uma formação efetiva.

⁵ Este termo é utilizado aqui no sentido de afastar, desviar de um ponto, de um alvo, de uma referência com violência simbólica, diferendo do sentido amplamente divulgado, geralmente associado ao suposto ato de ser levado por alienígenas.

Além disso, para que a oferta de *formação* faça sentido e tenha validade, o enunciado se apresenta como regularidade enunciativa. Assim é necessário que, antes, se estabeleça, na diametralidade oposta, a *não formação* ou a “deformação” política do público-alvo. Por essa razão, é possível perceber que o enunciado opera objetificando o sujeito LGBTQIAPN+ como um corpo politicamente incompleto, um “vir-a-ser” cívico que necessita da intervenção externa para se realizar plenamente. Ora, há aqui uma violência simbólica sutil, a saber, o apagamento da historicidade dos movimentos de resistência que, desde Stonewall⁶ (Lau da Silva; Santos da Silva, 2025) até as paradas locais em Palmas, constituem-se como atos políticos de alta densidade para reproduzir os discursos de que a política “verdadeira” e “válida” é aquela ensinada, chancelada e transmitida pela instituição partidária.

Ao retomar os enunciados *COM AS PRESENCAS DE*: juntamente com a rubrica de Tathiane Araújo, Carlos Amastha e Bianca Machiore [SIC]⁷ e suas respectivas posições, Secretária Nacional do Movimento LBGTSocialista, Presidente do Partido Socialista Brasileiro do Tocantins e Pré-candidata a vereadora em Palmas, são engendrados efeitos de autoridade a partir de sujeitos de alto prestígio social (Soares, 2022). Os efeitos de autoridade mencionados partem de duas instâncias discursivas, a saber, as posições supracitadas e o processo histórico de subjetivação de cada sujeito enunciado. Sobre esse último, os próprios agentes políticos da formação representam os dispositivos de difusão e dispersão dos enunciados de resistência institucionalizados. Ora, Tathiane Araújo não é só uma mulher eleita *Secretária Nacional do Segmento LBGTSocialista*, mas uma “mulher trans”, um corpo de resistência institucionalizado, docilizado por um cargo partidário. Carlos Amastha, não é somente o *Presidente do Partido Socialista Brasileiro do Tocantins*, mas, desde a sua primeira candidatura, destacou ações de combate ao preconceito à orientação sexual (Conexão Tocantins, 2012). Por fim, Bianca Machiori [SIC], não é somente uma Pré-candidata a vereadora, mas mulher transexual e presidente da Associação de Travestis e Transexuais do Estado do Tocantins (Atrato).

⁶ Ocorrida em Nova York em junho de 1969, é geralmente apontada como o marco mais importante na luta pelos direitos civis da comunidade LGBTQIAPN+, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer/questionando, intersexo, assexuais/aromânticas/agênero, pan/pôli, não-binárias e outros.

⁷ No banner do partido está escrito Bianca Machiori, no entanto em diversos outros enunciados midiáticos seu nome é escrito como Byanca Marchiori, presidente da Associação de Travestis e Transexuais do Estado do Tocantins (Atrato)

Como percebido, esses enunciados não emergem isoladamente. Eles são amparados por dispositivos não discursivos (Foucault, 2017) que se apresentam como instituições que sustentam o saber sobre a resistência LGBTQIAPN+. São dispositivos capazes de sustentar, pôr em manutenção e difundir, de forma eficiente, os dizeres acerca dos direitos desse movimento no Tocantins. Assim, esses enunciados, sustentados por práticas discursivas (e não discursivas) se repetem e se reforçam na relação com outros dizeres institucionais que posicionam o partido como detentor da *techné* política. Os sujeitos de alto prestígio (2022), apontados como agentes dessa transformação, por vias da *Formação política*, são sujeitos associados à diversidade sexual e de gênero e chancelados por suas respectivas instituições. Assim, eles convocam esta população LGBTQIAPN+ não como um ator político pronto, com quem se dialoga horizontalmente, mas como um estudante, um discípulo em potencial que deve ser “formado”. Desse ponto, o discurso político se entrelaça com o discurso pedagógico de viés autoritário (Soares, 2025a, 2025b), porquanto os enunciados produzem efeitos de hierarquia de saber, isto é, o partido sabe o que é política, como atuar, como legislar, e a comunidade aprende.

Diante dessa percepção, ao observar o conjunto de microenunciados que representam uma repetição histórica sobre a *Formação Política*, é possível vislumbrar o sistema de dispersão que regula o que pode ser dito e quem pode falar com autoridade (Foucault, 2017). A FD em questão é a do partidarismo progressista (Soares, 2025c), que se apropria de léxicos dos movimentos sociais, tais como *Política plural*, *LGBT*, *resistência*, *lugar de fala*, *empoderamento*, mas os reordena sob a lógica da institucionalidade. Nesta FD, a resistência deixa de ser um ato de ruptura ou de enfrentamento às normas, incluindo as normas estatais e partidárias, para se tornar um *segmento*. Soares (2025c, p. 7) ratifica que “[...] é nesse interstício tenso e fértil que o Tocantins se deixa entrever não apenas como constructo geopolítico, mas como campo de produção discursiva, onde identidades são forjadas, apagamentos operam e sentidos se engendram”.

Nessa mesma perspectiva, o termo *Segmento LGBTSocialista*, comum na estrutura do PSB, é revelador, porquanto a identidade dissidente é fragmentada e reorganizada como um departamento burocrático. A FD impõe regras claras, ou seja, os dizeres legítimos não são mais o grito da rua, a performance do corpo transviado ou a denúncia visceral, mas sim o discurso ordenado, a pauta legislativa, o “projeto de lei”,

enfim, a *Formação Política* para os despolitizados. Ao inserir o sujeito LGBTQIAPN+ nesta formação discursiva, o PSB Tocantins opera o que é chamado de abdução da resistência. O partido sequestra a potência subversiva das identidades dissidentes a partir de uma violência silenciosa e pedagógica, engendrada no léxico *Formação Política*, e as devolve higienizadas, vestidas com a roupagem da “cidadania comportada”. A FD define que, para ser ouvido, o sujeito deve se alinhar ao ideal discursivo do partido. O evento de *Formação* é o ritual de passagem para essa nova ordem discursiva, a saber, o do dizer controlado, interditado e, às vezes, excluído (Foucault, 2014). Em outros termos, quem não passa pela formação, quem permanece na margem da “política não-institucional”, é tacitamente deslegitimado como ator político ineficaz ou desorganizado.

Diante desse aspecto, entende-se que a imagem do cartaz e o evento que o PSB anuncia são peças de um dispositivo intrincado. Foucault (2018) descreve o dispositivo como a rede que conecta discursos, instituições, arquiteturas e leis. Aqui, o dispositivo político-partidário conecta a vulnerabilidade social da população LGBTQIAPN+ (muitas vezes carente de espaços de socialização seguros e de perspectivas de poder) com a máquina eleitoral. Nesse sentido, este dispositivo funciona por meio de uma relação de saber-poder muito específica: a *pastoral política*. Ou seja, o partido assume a função de pastor que guia o rebanho, isto é, a comunidade para a salvação, ou melhor, a representatividade, o mandato. Por essa razão, admite-se que o poder não é exercido apenas pela repressão, mas pela incitação e pela produção de subjetividade. Assim, o dispositivo diz: “venha, forme-se, participe”, como um convite sedutor à politização.

No entanto, essa sedução oculta a mecânica de controle. De outro modo, ao oferecer a *Formação Política*, o dispositivo estabelece os limites do pensável. O saber transmitido nessa formação não é neutro; é um saber estratégico que ensina como operar *dentro* do sistema, e não como implodi-lo ou transformá-lo radicalmente, o que historicamente marcou a vocação dos movimentos *queer* (Lau da Silva; Santos da Silva, 2025). Por essa razão, o poder do partido se manifesta na capacidade de definir a agenda. Como ressalta Foucault (2014, p. 37) “o ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam”. Diante dessa afirmação, entende-se que o ritual político pode e deve escolher quais pautas LGBTQIAPN+ são “estratégicas” e quais são “radicais demais”. Assim, nessa profusão de enunciados, dispositivos e atravessamento/alinhamento entre formações discursivas antagônicas, o sujeito que entra no evento pode sair subjetivado como um “militante partidário”, uma figura que deve

lealdade à sigla, muitas vezes em detrimento da lealdade à sua própria comunidade ou experiência vivida.

Por fim, toda essa articulação repousa sobre uma episteme moderna que naturaliza a democracia representativa liberal como o único horizonte possível da política. Essa episteme estabelece a “verdade” de que a mudança social só ocorre através do voto, do mandato, da lei que se inicia a partir da *Formação Política*. Nesse sentido, a imagem da propaganda do PSB, com sua estética limpa, logomarcas institucionais e linguagem corporativa (*Formação*), reitera essa episteme. Ela desqualifica, por omissão, outras formas de saber político, como, por exemplo, o saber da sobrevivência nas ruas, o saber das redes de afeto, o saber das casas de acolhimento autônomas, o saber da vigilância e proteção grupal nas redes sociais. Esses saberes, fundamentais para a existência LGBTQIAPN+ no Brasil, o país com altíssimos índices de assassinato desses sujeitos, são considerados “pré-políticos” dentro dessa episteme.

Ademais, o partido se coloca como o guardião da *Techné* Política, a técnica superior de governar. Ao sujeito LGBTQIAPN+ resta a posição de objeto de intervenção ou, no máximo, de sujeito subalterno que precisa ser “capacitado” para ascender à categoria de cidadão pleno. A episteme opera o fechamento do imaginário político: fora do partido, não há salvação; fora da formação institucional, não há política séria. Ora, antes mesmo que o movimento LGBTQIAPN+ se configurasse como tal, uma longa cadeia de enunciados sobre a sexualidade e o gênero já operava como matriz de inteligibilidade dos corpos dissidentes (Foucault, 2022), seja sob a égide médico-jurídica que patologizava (Foucault, 2017; 2018) e criminalizava a homossexualidade, seja sob o moralismo religioso que a marcava como desvio a ser corrigido (Foucault, 2022), compondo um regime de verdade no qual a dissidência era, ao mesmo tempo, objeto de saber e alvo de correção. De outro modo, como o próprio Foucault (2022, p. 86) declara: “a questão sobre o que somos, em alguns séculos, uma certa corrente nos levou a colocá-la em relação ao sexo nem tanto ao sexo-natureza [...], mas ao sexo-história, ao sexo-significação, ao sexo-discurso”. Dessa forma, ao concebê-lo como um campo de historicidade, significação e disputa discursiva, produz-se sujeitos e regimes de verdade específicos como a necessidade de *Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+*. Consequentemente, as implicações disso são decisivas para a análise da sexualidade. Isso significa que o foco se desloca da essência para os modos como o sexo é discursivizado, regulado e administrado por saberes e instituições, permitindo

compreender a sexualidade como efeito de dispositivos históricos de saber-poder, e não como expressão transparente de uma natureza anterior ao discurso.

Nesse horizonte, as primeiras organizações e redes de sociabilidade LGBTQIAPN+ no Brasil, ainda fragmentadas, clandestinas e atravessadas por dispositivos de segurança e controle (Lau da Silva, Santos da Silva, 2025), emergem como contra-enunciados que deslocam o lugar do *desviante* para o de sujeito *politicamente formado*, reinventando a rua, a boate, a parada e o ato público como cenas de práticas de enunciação e não apenas como espaços de estigma. É justamente essa historicidade de lutas, marcada por prisões, resistências cotidianas, assassinatos e conquistas parciais de direitos, que constitui a condição de possibilidade para que, em um segundo momento, partidos como o PSB, e mais especificamente PSB Tocantins, passem a disputar esse mesmo corpo político. Assim, o partido reinscreve no léxico da *Formação Política para pessoas LGBTQIAPN+* a memória de que só é possível *formar* aquilo que já se mostrou historicamente irreduzível à tutela. É nesse ponto que o enunciado do banner apresenta ao mesmo tempo sua regularidade, ao repetir a velha lógica de discursivizar o desvio em nome de sua integração e sua dispersão ao tentar domesticar, sob a forma de capacitação cidadã, um movimento que se constituiu precisamente pela recusa a ser educado pelos mesmos dispositivos que o silenciaram.

Considerações Finais

Após esse percurso discursivo, foi possível entender que a análise arqueogenealógica da propaganda do PSB Tocantins representa, portanto, um duplo movimento. Por um lado, há a objetificação, ou seja, a comunidade é tratada como dado demográfico a ser trabalhado, *formado* e contabilizado nas urnas. Assim, a comunidade LGBTQIAPN+ é o “outro” que precisa ser civilizado pela política partidária. Por outro lado, e simultaneamente, há uma subjetivização, isto é, o discurso convida o indivíduo a se reconhecer como sujeito de direitos, mas impõe a condição de que esse reconhecimento passe pelo crivo da instituição. O sujeito é fabricado na intersecção entre o seu desejo de mudança e a oferta de poder do partido. Fora disso, o que resta é a exclusão. Soares (2025c) ratifica que:

A exclusão é uma das marcas da sociedade em praticamente todos os períodos. Os anais da história comprovam que a separação entre os

melhores e os menos favorecidos seguia um conjunto de critérios arbitrários e subsidiados pela dinâmica de desintegração coletiva, ou seja, a seletividade, independentemente de seu âmbito de atuação, é uma prática elitista tanto do ponto de vista semântico quanto do mirante social (Soares, 2025c, p. 17).

Ora, ao observar essa percepção acurada sobre a exclusão como prática social dominante pelo saber e pelo poder, Soares (2025c) alerta para o fato de que as regularidades enunciativas denunciam a prontidão histórica dos dispositivos de saber-poder. A formação política, nesse caso é uma estratégia reguladora do movimento efetivo da comunidade LGBTQIAPN+ que nasce já politizada pelas práticas legítimas de resistência. Participar da *formação política* é uma episteme inquestionável para a busca por direitos e poder político, no entanto, com essa análise arqueogenealógica, foi possível perceber a institucionalização e adestramento da resistência como prática de regulação da radicalidade, o ato que historicamente marca as conquistas dessa comunidade.

Desse modo, o que se perde nesse processo é a autonomia radical. Ou seja, a *Formação Política* sugerida, ao invés de empoderar, acaba por impor uma tutela que pode diminuir o movimento social, insinuando que sua extensa trajetória de luta e resistência não constituiu, de fato, uma *formação*. Ao tentar dar voz, o discurso do PSB Tocantins acaba por modulá-la. Isso ocorre quando, por meio de dispositivos de regulação discursivos e não discursivos, a instituição partidária ajusta essa voz, que antes era dissidente e destoante, para um tom moderado e aceitável da burocracia estatal, resultando em um apagamento da diferença em prol da integração. Desse modo, a resistência é apreendida, transformada em código e reentregue na forma de mercadoria eleitoral. Butler (1990) defende que o gênero não é uma essência pré-existente aos sujeitos, mas um resultado gerado pela repetição controlada de ações, gestos e estilos corporais que, ao se consolidarem, criam a sensação de uma identidade estável. Em outros termos, o que entendemos como “ser homem”, “mulher” ou “LGBTQIAPN+” é fruto de práticas constantes que mencionam e reescrevem as normas históricas de gênero. É justamente nessa repetição que surgem oportunidades para a subversão e a reconfiguração política dessas identidades.

Nessa perspectiva, os resultados da análise arqueogenealógica realizada neste estudo indicam que o discurso do PSB Tocantins, ao convidar a comunidade LGBTQIAPN+ para a *Formação Política*, não somente reafirma padrões históricos de controle e exclusão (Foucault, 2014), mas também denuncia a eficácia dos mecanismos

de saber-poder na atualização das estratégias de neutralização da resistência. Ao expor a perda da autonomia radical do movimento e a conversão da resistência em capital eleitoral, a análise ajuda a entender como a linguagem da inclusão pode funcionar como uma estratégia para controlar a dissidência (Soares, 2025a, 2025b, 2025c). Isso oferece uma perspectiva que reatualiza a propaganda partidária como um símbolo de um regime de verdade em relação à cidadania LGBTQIAPN+.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a articulação entre arqueologia, genealogia e a proposta de atualização do acontecimento da Análise do Discurso (Soares, 2025b) representa um deslocamento significativo em relação à abordagem clássica de Foucault. Isso ocorre porque não se limita somente a descrever as condições de possibilidade e as linhas de força que constituem o evento, mas busca reinscrevê-lo no presente como um acontecimento em aberto e em disputa. A inteligibilidade desse evento é produzida a partir de um Norte geopolítico e epistêmico que também gera enunciados e se posiciona a partir de um lugar privilegiado, como laboratório sociolinguístico e sociodiscursivo. Em vez de um gesto de distanciamento reflexivo, a atualização do evento arqueogenealógico (Soares, 2025a; 2025b; 2025c; 2025d) implica uma análise situada que tensiona a arqueologia, a genealogia e o cuidado de si. Isso ocorre ao reposicionar o pesquisador e os sujeitos analisados como coparticipantes de um mesmo campo de lutas (Soares; Boucher, 2024). Como resultado, é produzida uma contribuição teórica que amplia a análise foucaultiana do discurso nas condições de possibilidade do campo acadêmico brasileiro, especialmente no tocantinense.

REFERÊNCIAS

- BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.
- CONEXÃO TOCANTINS, Amastha destaca ações de combate ao preconceito com representantes do Giama, Conexão Tocantins/Política, 2012. Disponível em: <https://conexaoto.com.br/2012/08/23/amastha-destaca-aco-es-de-combate-ao-preconceito-com-representantes-do-giama>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- HALBERSTAM, J. *Queer Art of Failure*. London: Duke University Press, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de L. F. B. Neves. São Paulo: Loyola, 2014.

- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. – 8 ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 14 ed. – Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2022.
- LAU DA SILVA, Jeferson; SANTOS DA SILVA, Zaqueu Jhônathas. A contribuição da rebelião de stonewall para as políticas públicas de atenção à saúde e o direito LGBTQIAPN+ no Brasil. *Asklepion: Informação em Saúde*, Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n. 2, p. e-116, 2025. Disponível em: <https://asklepionrevista.info/asklepion/article/view/116>. Acesso em: 13 dez. 2025.
- MBEMBE, Achille. *On the Postcolony*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- SOARES, Thiago Barbosa. Formação discursiva: uma noção com dois fundadores. In: PESSOA, Osalda Maria (org.). *Leitura, discurso e produção dos sentidos: múltiplas abordagens*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019. p. 37-51.
- SOARES, Thiago Barbosa. *Arqueogenealogias do discurso do Norte: sentidos e sujeitos tocantinenses*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025a.
- SOARES, Thiago Barbosa. *Arquiteturas do Sentido: linguagem, história e simbolismo / Thiago Barbosa Soares*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025b.
- SOARES, Thiago Barbosa. *Entre o dito e o não dito: o Tocantins nas tramas do discurso*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025c.
- SOARES, Thiago Barbosa. *Arqueogenealogias do discurso do tocantinense: saber e poder na configuração midiática do Tocantins*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2025d.
- SOARES, Thiago Barbosa; BOUCHER, Damião Francisco. *Projeções discursivas do Norte: Efeitos de resistência, Conscientização e Consolidação Identitária o Tocantins*. São Paulo: Pontes Editores, 2024.